



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 238 - DE 05 A 19 DE MAIO DE 2002- R\$ 1,00

**FORA O EXÉRCITO DE ISRAEL DA PALESTINA
FORA OS EUA E SEUS ALIADOS DO ORIENTE MÉDIO
NENHUMA INTERVENÇÃO DA ONU, MARIONETE DOS EUA
DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DO POVO PALESTINO
ARMAMENTO GERAL DAS MASSAS PALESTINAS!**



As direções burocráticas transformam o 1º de Maio em bingo para corromper os operários e festa eleitoral, justamente quando os oprimidos precisam da luta unitária.

Por uma campanha salarial unificada de verdade

Fim da perseguição política a José Rainha!

A crise capitalista e as disputas interburguesas

**A política proletária diante
da violência nas escolas**

Bolívia: o 12º Congresso da COB

O Primeiro de Maio de Lula

O palanque do Primeiro de Maio, em Santo André, foi cuidadosamente ocupado pela cúpula petista, acompanhada de algum representante de outra corrente da coligação eleitoral, no caso o PCdoB. Lula, ao meio, ladeado à esquerda por José Genoíno, candidato a governador de São Paulo, e à direita pelo presidente nacional do PT José Dirceu, seguido do deputado e candidato ao senado Aloísio Mercadante; do seu lado, seguindo à direita, o deputado do PCdoB Jamil Murad; a fila da frente prosseguia com mais alguns personagens, como os prefeitos de Santo André, Ribeirão Pires e Mauá; mais atrás, constituindo outra fileira, proeminentes sindicalistas, mais perto de Lula, Vicentinho, Marinho, presidente do sindicato metalúrgico do ABC, quase atrás do Marinho, a eminência parda do sindicalismo cutista, Antônio Feijó; enfileiravam-se mais ao fundo os peixinhos, baixo clero parlamentar e sindicalista. É mais ou menos essa a configuração do palanque eleitoral do 1 de Maio da CUT/PT/Sindicato Metalúrgico do ABC.

Em baixo, a maioria das barracas era de candidatos petistas e diretórios. Os trabalhadores, marcados pela presença maciça da juventude, profundamente despolitizada, ficaram no meio - à frente, bem no alto, o palco desenhado por uma parafernália sonora. Dois profissionais da comunicação faziam diálogos, trocadilhos, anunciavam uma banda após outra, e intercalavam com o anúncio de que logo mais Lula iria falar e, em seguida, cantaria Martinho da Vila. Seria a apoteose dos astros: do caudilho operário, que emergiu das greves do ABC de fins de 70 e inícios de 80 e se projetou como um polêmico político da ordem burguesa; e do sambista que alcançou fama entre as massas e que abriu as portas das grandes emissoras/gravadoras.

Foi anunciado, por José Dirceu,

que Lula tinha um roteiro cansativo pela frente, dali iria imediatamente para o Rio de Janeiro, onde tinha encontro marcado com as estrelas mais fulgurantes: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque de Holanda, Djevan etc. (Esqueceu-se que Caetano e Gil são apadrinhados por ACM) Lula, como já tinha feito em outras ocasiões, brincou com o número 13, mostrando as coincidências de acontecimentos em sua vida, referindo-se a Martinho da Vila, seu amigo, que sabe qual música Lula mais gosta e que certamente cantaria. O ex-metalúrgico tinha dito que já havia perdido três eleições e que não estava disposto a perder a quarta. Convidou Martinho para cantar no próximo 1 de Maio ao lado do Presidente. Um helicóptero esperava o presidenciável do PT, que insistiu em dizer que iria ao encontro desses talentos da música popular brasileira não para discutir a candidatura Lula, mas sim o destino do Brasil. Parece que os lá de baixo que bateram palmas não se deram conta de quem Lula iria recorrer para tratar do futuro do país.

Lula não se esqueceu de fazer críticas a FHC que viajou o tempo todo pelo mundo, fez a ressalva que não há nada de mal nisso, mas que FHC deveria entre uma viagem e outra visitar o povo da seca e ir ao Vale de Jequinhonha olhar nos olhos dos famintos. Mostrou-se zangado com os bancos internacionais que rebaixaram o Brasil a País de risco para os investidores externos, prevendo que a possível vitória de Lula trará turbulências econômicas. "Gringos não mandarão aqui". "Peço votos ao povo brasileiros e não a gringos". Marinho, que assinou acordo com a multinacional alemã Volkswagen de demissão, redução salarial e terceirização aplaudiu junto com os demais, a exceção de Mercadante que manteve os braços cruzados, parecendo não ter aprovado a bravata.

Lula falou da necessidade de um governo que abra empregos, distribua riqueza e tire a juventude do mau caminho. Fez um parêntese e explicou que os assassinos de Celso Daniel são jovens que foram desencaminhados pela miséria. Esse foi um dos pontos melodramáticos do discurso de Lula, carregado de verdade. Mas, um pouco antes, Lula havia pego nas mãos de Genoíno e anunciado sua candidatura a governador de São Paulo. Não se lembrou que Genoíno é defensor de mais Rota na rua e que a polícia é responsável por matanças de jovens desencaminhados, como os descritos por Lula.

Um outro ponto alto da oratória veemente de Lula é que só valeria a pena ser eleito se fosse para acabar com o desemprego de milhões. Só valeria a pena ser eleito se fosse para fazer a reforma agrária. Só valeria a pena ser eleito se fosse para colocar a juventude na escola. Só valeria a pena ser eleito se no próximo 1 de Maio pudesse vir aqui para dizer o que estamos fazendo. Resumiu mais ou menos assim: "o Brasil que tenho no coração é o mesmo que vocês têm na cabeça".

Antes havia lembrado que o 1 de Maio passou a ser o dia Internacional dos Trabalhadores em resposta ao que aconteceu em 1886, em Chicago, Estados Unidos, em que operários sofreram pena de morte por enforcamento e prisão perpétua por terem participado na greve pela jornada de 8 horas. Referiu-se a eles como mártires. Lula evocou a memória de um movimento revolucionário da classe operária e de seus mortos pelo governo norte-americano num 1 de Maio concebido como show eleitoral. Um 1 de Maio que teve como orador Marinho que traiu os operários assinando um acordo de destruição de postos de trabalho. Um acordo que reduziu em 15% os salários. Um acordo que aumenta a exploração dos operários e traz desemprego aos milhares de demitidos.

Miilite no PÔR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

1º de maio:

Governos impõem a destruição de direitos trabalhistas

As Centrais Sindicais convocaram o Primeiro de Maio regado de festividades e eleitoralismo. Em São Paulo, Força Sindical gastou 2,5 milhões de reais, trouxe artistas, contou com patrocinadores, como General Motors, Petrobrás e Brahma, e serviços gratuitos desde corte de cabelo até verificação da pressão arterial. Ainda mais: sorteou carros e apartamentos. Em troca, os operários e trabalhadores receberam uma fortíssima campanha em defesa da reforma Dornelles, que liquida com os direitos trabalhistas. O Ministro do Trabalho, Paulo Jobim, esteve presente para convencer da necessidade de “flexibilização” das conquistas sociais e anunciar que a votação da retirada desses direitos deverá ocorrer até o final do ano. A Força Sindical cumpriu, mais uma vez, sua função pró-patronal. Colocou-se inteiramente a serviço das medidas antitruabalhadoras de Dornelles.

A CUT não realizou um verdadeiro Primeiro de Maio. Fez atos descentralizados, festivos e os utilizou como palanque eleitoral do PT. A fome,

miséria, violência, desemprego e flexibilização dos direitos trabalhistas estiveram presentes em todos os discursos. Porém, nenhuma ação concreta foi apresentada aos trabalhadores. Tudo se resumia à eleição de Lula. Isso mostra que a classe operária e demais explorados não contam com uma direção em seus organismos (sindicatos, Central) capaz de organizar uma campanha de luta contra os ataques do patronato e de seu governo.

O governo, por sua vez, conta com a submissão das direções sindicais para continuar destruindo postos de trabalho, mantendo um salário mínimo de fome e eliminando conquistas sociais. Os capitalistas aproveitam para ditar os acordos de “flexibilização do trabalho”, que se resumem nas demissões, nos contratos temporários, no rebaixamento salarial e na liquidação de direitos elementares.

A ofensiva dos governos contra a vida dos trabalhadores tem sido geral. Na Itália, milhões de trabalhadores ganharam as ruas contra as reformas trabalhistas propostas pelo governo. Fato que se repete em vários países do mundo. Como se vê, o capitalismo não

consegue sequer sustentar seus escravos modernos. Cada vez mais impõe medidas de barbárie.

Cabe aos trabalhadores brasileiros e do mundo inteiro rejeitarem a demagogia dos sindicalistas corrompidos e empunharem suas reivindicações utilizando seus métodos próprios de luta, que são a organização coletiva, as assembleias e a greve. Está a colocada a defesa da unidade da luta de todos os trabalhadores contra a destruição de condições elementares de vida. A solução definitiva da fome e da miséria depende da conquista de uma sociedade socialista.

Lembramos que o Primeiro de Maio - Dia Internacional da Solidariedade dos Trabalhadores - nasceu como um grito de luta da classe operária contra os capitalistas e seu governo, que em 1886, nos Estados Unidos, reprimiram com sangue a greve por 8 horas de trabalho. Não bastando os mortos em choque com a polícia de Chicago, vários operários têxteis foram condenados à morte e pena de prisão perpétua.

Um verdadeiro Primeiro de Maio deve ser de luta.

1º de Maio em Guarulhos

Não foi diferente do que se passou em outros lugares. O ato se realizou próximo à Praça Oito, no Taboão.

— Na entrada, na praça, já vimos para que servia o ato, várias faixas em apoio às candidaturas de Genoíno e Mercadante que, aliás, foram os oradores principais do ato. Isso se pudéssemos chamar isso de ato, pois as poucas intervenções que ocorreram atingiam no máximo 5 minutos. A tônica foi a campanha eleitoral. Utilizaram a luta contra a ALCA, e a pressão da burguesia e do imperialismo contra as conquistas trabalhistas e pela flexibilização da CLT, para mostrar que o caminho é colocar Lula lá e Genoíno aqui.

O showmício não procurava atin-

gir os operários, na verdade foram bem poucos os que compareceram se sentindo deslocados. A grande maioria dos participantes era de adolescentes desempregados que curtem música rap. E para eles a mensagem era bem clara: se tivermos mais de dezesseis anos, devemos tirar nossos títulos e votar no homem que vai mudar este país, arrumar emprego para todos, acabando assim com a marginalidade.

Mas os grandes beneficiados com o ato foram de fato as lideranças locais, como o candidato a deputado federal Orlando Fantasini, que estão apresentando suas candidaturas a deputado. De outro modo, não poderiam falar di-

retamente com seus pretensos eleitores.

É interessante observar a tática pequista de se desviar o proletariado da ação direta para o engano eleitoral. Se antes atingiam somente a esfera das chamadas “políticas partidárias”, agora atingem em cheio o movimento sindical.

Buscam novo apoio, procurando se aproximar de setores oprimidos para mostrar a eles que somente o voto poderá trazer algum alento.

Aqui no Taboão seu alvo foi a juventude desempregada, procurando mostrar que, colocando o voto certo na urna, poderiam arrumar empregos.

Eleições

O capital imperialista se intromete em tudo

O candidato do PT, Lula, saltou à frente com mais de 30% das intenções de voto. Os demais caíram. Essa mudança ocorreu depois da renúncia de Roseana Sarney, devido ao escândalo de corrupção.

Os banqueiros internacionais deram seu parecer ao perigo Lula. Merrill Lynch, Morgan Stanley e ABM Amro recomendaram aos donos do dinheiro terem cuidado com o Brasil. O País passou a ser um lugar inseguro para aplicações financeiras. A grande imprensa brasileira se encarregou de dar repercussão à intromissão do imperialismo nas eleições.

Os financistas internacionais querem o continuísmo de FHC com Serra. Mas há um consenso de que o PT e Lula não farão nada contra a ordem capitalista. Seu governo será burguês. Terá de se apoiar numa aliança com os grandes partidos, provavelmente o próprio PSDB e PMDB. Nem mesmo o PFL fica de fora da hipótese. A posição majoritária a favor da coligação com o PL e a vice-candidatura de José Alencar, uma das fortunas empresariais, foi a maior amostra de que o PT já não tem limites para seu conceito de "campo democrático e popular". Nenhum dos partidos pode dizer que o PT é subversivo, socialista, comunista, anarquista, baderneiro ou coisa que o valha.

Em setores do próprio imperialismo, o PT comparece como solução de continuidade ao neoliberalismo, adaptado à situação de crise. É o que pensa a social-democracia européia.

Os ataques da coligação FHC (PSDB, PMDB e PFL) à economia e às massas para atender às exigências dos banqueiros e multinacionais foram tão violentos que os explorados já não estão mais dispostos a aturarem. Há também descontentamento entre a burguesia brasileira, principalmente na fração ligada ao mercado interno, que vê seus capitais cobichados pelas corporações externas. José Alencar é tipicamente um capitalista nacional, grande empresário da indústria têxtil, que não suportaria uma abertura total via Alca.

O PT, por ter se tornado um grande

partido, que arrasta as massas às eleições sob a bandeira de mudanças, passou a expressar os choques das frações empresariais internas e as pressões das frações do capital imperialista. Está sob intensas exigências das distintas frações nacionais e internacionais.

O programa econômico do partido reflete em certa medida o conflito de interesses. Um dos pontos centrais diz respeito à "estabilidade" alcançada no governo FHC. Em torno de que interesse gira a "estabilidade"? A do pagamento pontual dos juros e amortizações da dívida externa. A gigantesca dívida do País com os banqueiros internos e externos funciona como o fiel da balança da dita estabilidade. Seu ponteiro guia o orçamento do Estado, a política monetária, fiscal e social. Enfim, cada peça da administração se encaixa no montante da dívida. Esse polvo se alimenta do resultado da política de estabilização montada a partir do falido governo Collor.

O capital financeiro internacional, que expressa o fundamento do domínio imperialista sobre as nações semicolônias, é o fiel de ouro da estabilidade. O programa econômico do PT parte da defesa dessa estabilidade. Declara seu compromisso de "honrar" os contratos das dívidas. Mas não pode se colocar inteiramente sob a mesma orientação do neoliberalismo de FHC. Aí está o receio dos banqueiros. Até onde o PT, sob a pressão da crise econômica e social que se avoluma, manterá o equilíbrio dos pratos da balança sem provocar grandes oscilações no seu ponteiro?

Todo capitalista esclarecido sabe que o PT não tem intenção e não poderá comprometer a estabilidade estrutural do capitalismo, marcada pelo controle do Estado sobre o proletariado, camponeses e demais oprimidos. Como afirmam analistas burgueses: o PT terá de respeitar a economia de mercado e se posicionar trançadamente pela defesa da propriedade privada dos meios de produção. Não há dúvida de que seu programa expressa a produção capitalista e o domínio de classe da burguesia. O pro-

blema está em que PT canaliza pressões distintas das frações capitalistas e será mais suscetível às pressões dos explorados, que estão iludidos com a esperança de melhora em suas condições de vida tão esmagadas.

A estabilização de FHC resultou de uma grande unidade interburguesa, da colaboração da burocracia sindical (petista e não petista) e do oposicionismo consentido, disciplinado e serviçal do PT ao governo da aliança. Essa composição de forças permitiu a aplicação de um dos Planos pró-imperialistas mais traumáticos que conhecemos em nossa história. Seus efeitos mais contundentes estão por vir e possivelmente já sob o governo do PT, caso se confirme a atual tendência eleitoral.

Como ficará esse quadro? Tudo indica que se caminha para desequilíbrios políticos, ou seja, recrudescimento da luta de frações do capital e dos trabalhadores contra os exploradores. As mudanças na política econômica, previstas no programa do PT, para tirar o País do baixo desempenho (reduzir taxas de juro, aliviar a carga tributária sobre os salários, afrouxar a diretriz de arrocho salarial, favorecer exportadores, substituir importações, usar a concorrência internacional para novos alinhamentos comerciais etc) e continuar pagando a dívida externa, que o PT espera renegociar "com soberania", indicam turbulência nas relações estabelecidas por FHC/FMI.

Ocorre que os elementos da crise estrutural do capitalismo internacional se expressam com mais violência na economia interna. A "estabilidade" provisoriamente alcançada pela linha governamental e pelas relações empresariais de subserviência sem limite às exigências do capital financeiro serviu para potenciar o endividamento, enfraquecer a capacidade do Estado como alavanca do desenvolvimento econômico, saquear a economia e empobrecer as massas. É nesses aspectos que o PT calca sua crítica à política neoliberal de FHC, mas sem poder dar respostas revolucionárias (expropriações sem indenização,

estatização do grande capital, não pagamento da dívida externa, entrega dos latifúndios aos camponeses etc), que implicam em luta aberta do proletariado contra a classe capitalista e um movimento de massa antiimperialista.

O Estado se transformou em uma agência de coleta, de pagamento aos credores e de administração dos interesses da oligarquia financeira internacional. As demais funções estão completamente subordinadas a essa operação. Os sinais de esgotamento da economia e da suportabilidade da miséria da população estão presentes. São responsáveis pela quebra da aliança PSDB, PFL e PMDB, do fracionamento da frente popular (PT, PDT, PSB, PCdoB) e manutenção da força eleitoral do PT, que vem se potenciando recentemente. A estabilidade de FHC já está comprometida.

Um governo muito dividido pelas forças burguesas que de fato comandam o Estado é prejudicial aos interesses do capital financeiro. Há nesse sentido uma

portentosa exigência para que o PT se aproxime ao máximo da mesma diretriz imposta de fora para dentro do País.

O relatório dos bancos que rebaixam o Brasil à condição de País de risco foi rechaçado por todos os candidatos, inclusive José Serra. Fazem campanha de que um governo de Lula poderá descarrilar a economia e dar lugar a convulsões sociais, mas não querem se identificar com a campanha do imperialismo. Descarrilada já está (endividamento, saque, estagnação, miséria etc.), o problema será o que fazer diante do desastre. É nisso que se baseiam os candidatos ditos de oposição (Cyro Gomes e Anthony Garotinho) para afirmarem que a vitória de Lula é temerária.

Mas o que mais ressalta na polêmica criada em torno do relatório dos banqueiros é a incapacidade do PT em se posicionar contra o imperialismo. A resposta retórica de que fazem terror contra a candidatura Lula expressa a assimilação dos ataques. Quer dizer: faremos um go-

verno de estabilidade burguesa.

Uma das explicações de Lula vem da pergunta a "quem interessa as especulações: "Ao PT não interessa, ao produtor rural não interessa, a quem fabrica máquinas não interessa. Fica a pergunta no ar: a quem interessa?" (Folha SP) A idéia do candidato é que existe uma contradição insolúvel entre o capital industrial (produtivo) e o capital especulativo (improdutivo). É como se não estivessem entrelaçados, não fizessem parte estrutural do sistema capitalista e não se conformassem sob a hegemonia do capital financeiro internacional (imperialismo).

O proletariado e os camponeses pobres são os que têm de desconfiar de todo e qualquer governo burguês e deles se emanciparem. Está incluído um futuro governo do PT. Essa é a desconfiança necessária para os oprimidos organizarem o partido da revolução socialista e tomarem os problemas do País em suas mãos.

Ceará Mirim (RN)

Unidade grevista contra os governos repressores

A prefeita Ednólia Melo, de Ceará Mirim, além de destruir a educação pública, atua contra as liberdades democráticas. Os vários inquéritos administrativos instalados contra os servidores objetivam demitir os trabalhadores. A Secretária Margarida Lima, que não tem capacidade de discutir os problemas da educação, age de forma autoritária. Encaminha os servidores que divergem de suas "ordens" para responder inquéritos administrativos. Chega ao ponto de perseguir os coordenadores do Sinte com o corte dos salários e agredir verbalmente pais de alunos que questionam a falta de merenda. Mas não pára aí sua truculência.

Margarida Lima arrombou a escola Manguari para mudar os cadeados, impedindo a entrada de alunos e professores. E tentou impedir o direito de organização dos educadores retirando o desconto da contribuição sindical.

Como se vê, a prefeita e a sua secretária impõem os métodos repressivos para conter a luta dos trabalhadores em defesa do ensino público, contra o fechamento da escola, contra as demissões, por mais verbas para a educação e pelo reajuste imediato dos salários.

Para barrar a política destruidora da prefeita Ednólia e sua serviçal Margarida Lima não há outra saída senão a unidade dos trabalhadores. A força autoritária e

repressiva da prefeita deve ser combatida com a força unitária da luta coletiva dos trabalhadores. Isso implica na construção dos comitês de escolas, criação de grêmios estudantis combativos e independentes e em assembleias conjuntas para decidir os rumos do movimento.

Abaixo a prefeita Ednólia Melo e sua serviçal Margarida Lima!

Unidade dos trabalhadores e estudantes para pôr fim às medidas de destruição da escola pública!

Defender com o método da ação direta as reivindicações de emprego, salário e condições de trabalho e ensino!

Veja a que ponto chegou a violência da prefeita e de sua secretária:

Cortou o salário dos coordenadores do Sinte. Militantes que têm sido linha de frente contra o fechamento de escolas. Que já estiveram em greve de fome contra o corte dos salários pela prefeitura devido a greve dos professores. Lutadores que, junta-

mente com o pais e alunos, têm enfrentado a política de destruição da escola pública.

É nosso dever nos colocarmos ao lado dos companheiros contra a repressão da prefeita.

Nossa Campanha:

1. Denúncia do autoritarismo e da repressão da prefeita e de sua secretária

2. Coleta de assinaturas para ser enviada ao governo

3. Venda de um bônus para a sustentação da campanha e dos militantes

Armadilha policial contra José Rainha

A repressão sobre os sem-terra tem sido constante. Isso porque o movimento camponês tem se destacado pela luta diária. A ocupação de terras, repartições públicas, bancos, marchas e bloqueios de estradas mostram que a ação direta sustenta a bandeira de reivindicação da terra. A ação coletiva de ocupação questiona a propriedade latifundiária da terra. A luta de classe no campo ganha proporções cada vez maiores. O Estado burguês e a oligarquia fundiária estão obrigados a responderem com a violência reacionária. As chacinas (Corumbiara e Eldorado dos Carajás), assassinatos individuais e prisões marcam profundamente o movimento social no campo. A classe operária e a classe camponesa têm a tarefa de se unirem contra a burguesia de conjunto e seu Estado. Só assim forjarão a força necessária para derrotar seus opressores.

A detenção de um dos principais organizadores do movimento dos

sem-terra do Pontal do Paranapanema, José Rainha, sob alegação de porte ilegal de arma, é mais um episódio da repressão aos trabalhadores agrários. As tentativas de criminalização de Rainha foram muitas, incluindo um processo de assassinato forjado, que lhe valeu um júri. A armadilha foi rompida por um intenso movimento de denúncia por parte do movimento social.

Um dos últimos acontecimentos envolvendo Rainha foi o atentado a sua vida pelos latifundiários da região, que contou com o apoio aberto do prefeito de Presidente Prudente. Esse mesmo prefeito liderou pessoalmente um bloqueio policial a uma marcha dos sem-terra na rodovia local. Os fazendeiros liderados pela União Democrática Ruralista (UDR), uma organização política e um braço armado dos latifundiários, que se acoberta da legalidade burguesa de defesa da propriedade dos meios de pro-

dução, não importando se estão matando de fome os camponeses expelidos de suas glebas, vêm há muito ameaçando a vida de lideranças do Pontal.

Rainha escapou da emboscada por sorte. E o que aconteceu ao fazendeiro? Nada. O atentado, com ferimentos a bala na vítima, dispensa provas sobre o armamento dos latifundiários. Mas se sabe que os poderosos donos de terra, grande parte grilada no Pontal, estão armados. Nada lhes acontece. O que é compreensível. Trata-se de uma fração classe dominante, que tem no Estado um guardião de seus interesses fundiários.

A prisão de Rainha sob alegação de porte ilegal de arma nada mais expressa senão a repressão do Estado contra o MST e proteção dos latifundiários. É dever de todo movimento social fazer campanha sistemática de defesa dos lutadores. Liberdade imediata de José Rainha. Terra aos camponeses.

Violência nas Escolas

A Corrente Proletária na Educação realizou três debates: em Caieiras, Cotia e na Lapa, nos Encontros Regionais da Educação da Apeoesp. O tema foi sobre a violência e a reforma educacional do governo. O centro de nossas colocações foi a defesa do emprego a todos os jovens. Ou seja, a combinação do trabalho com a escola. É necessário que a classe operária, a população dos bairros pobres e a juventude lutem pela reivindicação de uma jornada de 4 horas na produção e o restante na escola para todo jovem. É preciso também rechaçar o argumento burguês da prevenção e da repressão combinadas como forma de solução da violência. Esta é consequência da desintegração econômica e social do capitalismo, que portanto não poderá ser resolvida com aulas de educação cívica, religiosa e ética, com centros comunitários e de lazer (é o que chamam de prevenção) e muito menos com a militarização das escolas (repressão).

A exposição partiu da descrição da violência nas escolas e, particularmente, a violência marginal que atinge a juventude para defender a reivindicação de emprego para todos os jovens. Os pontos principais foram:

I. Descrição sobre a violência nas escolas

1. Nesses últimos dez anos, houve um crescimento de 77% no número de homicídios de jovens no Brasil. Só ano 2000, 17.762 jovens entre 15 e 24 anos foram assassinados. Isso revela que o assassinato da juventude foi a principal causa de morte nessa faixa etária.

2. O ensino médio é o nível educacional mais atingido pela violência, problema que vem crescendo em vários estados, principalmente nas áreas metropolitanas.

3. Na pesquisa realizada pela Udemo - de 496 escolas estaduais paulistas, 404 (81%) sofreram algum tipo de violência. Em relação aos anos anteriores, o estudo mostra que a violência aumentou em 44% das escolas, manteve o mesmo nível em 34% e diminuiu em 22% dos estabelecimentos.

4. Principais ocorrências: agressões a professores e funcionários, briga entre alunos, depredações, tráfico e consumo de drogas, explosão de bombas, furtos, pichações, disparos contra o prédio escolar, ameaças de morte e assassinatos no interior das unidades escolares.

5. A imprensa divulgou, no dia 22/4, um artigo contando sobre o pedágio nas escolas, depois de dois alunos terem sido baleados no pátio da escola estadual no jardim Piratininga (Osasco). Os alunos acabaram denunciando que são obrigados a pagar pedágio para entrar na escola. A resistência e o não-pagamento são punidos com surra.

II. A violência marginal atinge a juventude

1. O crescimento da criminalidade que resulta em morte está concentrado em grande parte nas áreas urbanas e atinge principalmente os jovens. São os jovens entre 18 a 21 anos os mais atingidos. Porém, é na faixa entre 15 a 17 anos a que apresenta maior crescimento de homicídios. Concentra-se também entre a população jovem masculina.

2. Em SP, o número de adolescentes na Febem cresceu 67,4% em três anos (96/99).

3. A quantidade de jovens (18 a 25 anos) que estão presos tem crescido. Dos presos, 54,6% não concluiu o ensino fundamental e 12,3% são analfabetos.

III. Violência policial

1. Dados do relatório dos direitos humanos (99) mostram o crescimento das execuções de civis por policiais e o uso da violência policial. Em SP, dos casos analisados, 54% foram atingidos por tiros nas costas e mais da metade não tinha nenhum antecedente criminal.

IV. Onde se concentra a violência

1. Dados mostram que as maiores taxas de homicídios são registradas na periferia das grandes cidades, onde há maior pobreza, desemprego e falta de serviços essenciais: saúde, transporte e educação. É na periferia que as torturas, execuções sumárias e prisões são mais comuns. E estão ligados à polícia, grupos vinculados à segurança privada e ao crime organizado.

V. Qual tem sido a resposta do governo

O governo impôs o Programa Nacional de Segurança pública - junho 2000. O objetivo é ampliar a repressão. Com o rótulo de combater o narcotráfico e ao crime organizado, o governo reativou os serviços de "inteligência de segurança pública", criando os subsistemas para a chamada contenção à desordem social e "inibição" às gangues. Todo programa se apóia na "capacitação profissional" dos órgãos de repressão, reaparelhamento da polícia e do sistema penitenciário.

O governo criou também o Fundo Nacional de Segurança Pública. Em 6 meses (junho a dezembro de 2000) foram liberados 251 milhões de reais para compra de armas, veículos e treinamento da polícia.

Como se vê, a resposta governamental é a ampliação da violência reacionária do Estado.

VI. Do ponto de vista da Educação, qual foi a ação do governo?

O governo impôs uma reforma educacional para cortar verbas. Fechou escolas, superlotou salas de aula, arrochou os salários dos trabalhadores da educação, reduziu a grade curricular, instituiu a promoção automática, determinou o en-

sino religioso e agora militariza as escolas.

Segundo o governo, serão necessários mais 5 anos para completar a municipalização. Hoje, 53,5% dos alunos do ensino fundamental (total 35.717.948) estão na rede municipal.

O Fundef, que determina o custo-aluno de 364 reais e 381 reais, que foi criado para manter a municipalização, mostrou o seu fracasso em pouco tempo. O valor estipulado é uma miséria e tem servido para toda sorte de corrupção por parte dos governos/prefeitos.

O ensino médio, que tem 8.192.948 alunos, passa pela reformulação (redução de disciplinas, número de aulas e imposição das telessalas (hoje já são 17.775 em todo o país).

Os programas governamentais para manter as crianças nas escolas, a exemplo do Bolsa-escola, (15 reais por filho - limite de 45 reais) não passam de esmola.

Os resultados são: 1. O analfabetismo atinge 22,8 milhões, sendo o que o chamado analfabetismo funcional (30,5%); 2) O ensino continua descolado da realidade, memorístico, anticientífico; 3) Uma boa parte da juventude não tem acesso ao ensino médio; 4) A juventude que frequenta não tem perspectiva de trabalho; 5) A violência marginal cresceu nas escolas; 5) A ação do governo é a militarização das escolas (câmeras, mais polícia, prisão dos jovens etc.)

VII. Nossas conclusões

1. A violência marginal não é uma particularidade das escolas, mas é uma expressão da sociedade em geral. Todos os problemas sociedade refletem nas escolas. Não é por acaso que as maiores taxas de homicídios, de criminalidade, violência policial etc. se concentram nas periferias dos grandes cidades. Onde há maior pobreza, desemprego e falta de serviços essenciais: saúde e educação. É onde impera a fome. É aí que estão as escolas que mais sofrem com esse tipo de violência.

2. A juventude, boa parte sem acesso à escola e sem emprego, é empurrada a toda sorte de violência marginal. Por isso, a violência não pode ser encarada do ponto de vista moral. É um problema social. A violência está ligada à sociedade de classe. Ela não é de hoje. Tem se agravado em função do aumento da

opressão social e da profunda crise do sistema capitalista.

3. A reforma educacional do governo impede o acesso a todos os níveis de educação. A juventude é a que mais sente. Os que estudam não têm perspectiva de continuidade e de trabalho. Uma boa parte da jovens pobres estão fora da escola e do trabalho. Tem sido empurrada à toda sorte de violência marginal.

4. Os governos e partidos políticos estão obrigados a responder. Há, inclusive, o reconhecimento de que a violência é provocada pelo aumento da fome, miséria, desemprego etc. Porém, esse reconhecimento é só em palavras. Isso porque a classe dominante não pode eliminar as raízes dessa violência, que estão na exploração do trabalho e na concentração do capital nas mãos de uma ultra-minoria da população.

5. A resposta que o Estado tem dado é a mais perigosa. Isso porque implica no aumento da repressão policial e de punições mais duras. A militarização das escolas é o exemplo disso. Os governos e os partidos burgueses usam a ética, segurança, cidadania, paz etc. nos seus programas de aumento da repressão.

6. Os partidos reformistas (PT) acobertam as verdadeiras causas da violência e da destruição da educação com as receitas adocicadas de cidadania, paz, polícia pedagógica etc. Genóio colocou às claras a forma de responder à violência marginal: rota nas ruas. Também o aumento da repressão policial.

7. Os educadores e alunos têm de rechaçar todos esses mecanismos criados pelo Estado para conter a violência marginal. Isso tem de partir da luta contra o Estado opressor. Contra o sistema de exploração do trabalho. Contra a reforma governamental que amplia a privatização do ensino, instituiu a escola anticientífica (ensino religioso) e a militariza. Levantar uma campanha por:

a) emprego a todos os jovens. Jornada máxima de 4 horas para que possam estudar. Salário necessário para cobrir as despesas. Nada de salário mínimo. Garantia de todos os direitos trabalhistas.

b) Acesso a todos em todos os níveis de ensino. Inteiramente gratuitos.

8. A luta por tais reivindicações implica no combate à burguesia, que é incapaz de dar emprego, educação a nossa juventude. Implica na luta por uma nova sociedade, a socialista.

Rondônia

Plano de Carreira não atende as reivindicações elementares dos trabalhadores da educação

O Plano de carreira divide os educadores. A migalha, que é oferecida sobre o salário, é apenas para os professores estaduais e municipais. Exclui os funcionários de escola e demais funcionários públicos. Além de contemplar apenas níveis de graduação e tempo de serviço, o que tem provado perdas salariais para alguns.

O sindicato (Sintero) está envolvido até os ossos com esse Plano de Carreira Cargos e Salários. Os acordos de gabinete prevalecem em detrimento de amplas discussões e organização da luta contra as medidas de arrocho salarial e destruição da própria carreira contidos no tal Plano. As assembleias não são unitárias. Ao contrário, prevalece a política de isolar os três seguimentos do funcionalismo público que compõem sua base: estaduais, federais e municipais.

Essa é a via da derrota dos trabalhadores. As reivindicações elementares de piso salarial, que dê para sustentar uma família de 4 pessoas, redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários, mais escolas e menos alunos por sala de

aula, contratação imediata de todos os demitidos em 2000 etc não fazem parte do Plano de Carreira. Por isso, é necessária a unidade dos funcionários públicos para poder conquistá-las. Trata-se do enfrentamento direto dos trabalhadores contra o Plano de Carreira que mantém a miséria e divide os educadores. O Sintero, ao não trabalhar pela unidade, pela defesa das reivindicações da classe e com o método da luta de classe, acaba favorecendo o governo.

As propostas da Corrente Proletária na Educação são:

1) Rejeitar o Plano de Carreira Cargos e Salários, que só traz esmolas e divide a classe;

2) Defender o piso salarial (salário mínimo vital), que para nós é de R\$ 2000,00;

3) Redução da jornada de trabalho, sem diminuição no salário, para que haja emprego a todos;

4) Contratação imediata dos 9600 companheiros demitidos em 2000 pelo governo Bianco (PFL);

5) Diminuição do número de alunos

por sala de aula. Abertura de mais escolas;

6) Defesa da escola única. Ou seja, um único sistema de ensino estatal (sob o controle dos trabalhadores). Fim da rede privada de ensino. Total autonomia das escolas. Eleição direta de todos os cargos, com revogabilidade de mandato. Uma escola laica, contra o ensino religioso. Fim dos vestibulares. Acesso a todos os níveis de educação (do infantil ao universitário) para toda a população.

7) Fim a reforma privatista do ensino, que vem sendo implantada em todo o país por FHC/Banco Mundial;

8) A luta por uma escola única, gratuita, laica, autônoma e enraizada na produção social.

A luta por essas reivindicações implica na unidade dos trabalhadores para enfrentar a política governamental de destruição da escola pública e das condições de trabalho. Implica no combate à política de conciliação de classe da direção do Sintero. A defesa de nossas reivindicações depende da força de nossa organização.

Uma campanha salarial unificada para valer

A CUT lançou a campanha salarial unificada, nesse 1 semestre, envolvendo os sindicatos operários e o funcionalismo público. Entregou para o governador de São Paulo as reivindicações: a) reposição das perdas e aumento real de salários; b) não à terceirização; c) contra a retirada de direitos trabalhistas; d) contra as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal; e) não à Alca e outras exigências. Já passaram 15 dias e o governo não disse nada e também nada foi feito para de fato existir uma campanha unificada para arrancar dos patrões e do governo essas reivindicações.

O centro da campanha salarial tem de ser o emprego, salário e não à destruição dos direitos trabalhistas

Uma campanha contra o desemprego deve organizar o conjunto dos traba-

lhadores. As demissões têm ocorrido na maioria das fábricas. O mesmo acontece com a redução salarial. Assim, devemos exigir de nosso sindicato e da CUT uma campanha geral pela defesa de quem está empregado e readmissão dos desempregados. O que quer dizer unir empregados e desempregados contra as medidas patronais. Os acordos por fábrica têm sido malditos. O emprego é a nossa única fonte de existência. Se não a defendermos, caímos no desemprego crônico e na miséria.

A defesa do emprego a todos tem de estar acompanhada da reivindicação de redução da jornada (sem nenhum corte de salário). É o que chamamos de escala móvel das horas de trabalho, em que as horas de trabalho são divididas entre os trabalhadores de forma que ninguém seja colocado no olho da rua. O reajuste salarial e reposição das perdas é a luta contra a superexploração do trabalho.

Os patrões, para manterem seus lucros, atacam os salários, que já são baixos. Querem agora eliminar os poucos direitos trabalhistas, que foram conquistados com greves, ocupações e manifestações massivas da classe operária.

A defesa dos direitos trabalhistas, o salário e o emprego possibilitam a unidade dos trabalhadores para enfrentar os patrões e o governo. Pois se trata de um problema que atinge não só as categorias que têm dada base no 1 semestre, mas todos os trabalhadores empregados e desempregados.

Como fazer de fato uma campanha salarial unificada

Uma campanha salarial unificada inicia com a convocação de assembleias em todos os sindicatos, para aprovar a pauta de reivindicação e o caminho da luta. Todo mundo sabe que o patrão e o

governo farão de tudo para não ceder. Por isso, é necessário organizar e fortalecer o movimento.

A força dos trabalhadores está na sua união e na capacidade de paralisar a produção. Um passo importante para isso são as assembleias conjuntas, que aprovem a unidade e as ações comuns para poder arrancar as reivindicações. As assembleias unitárias devem eleger um comando de mobilização, constituído majoritariamente pelos trabalhadores de base. E deve preparar a greve unificada.

Dizemos que sem unidade das bases e sem organizar a greve unificada não há campanha unificada para derrotar patrão e governo.

É preciso acabar com a divisão dos trabalhadores

As direções de nossos sindicatos têm dividido e fragmentado o movimento dos operários e demais trabalhadores. As reivindicações são as mesmas, porém são

tratadas de forma individualizada por cada sindicato. Quando dizem que farão campanha unificada, nada fazem para de fato unificar a partir das bases. As campanhas salariais unificadas da CUT não saem do papel. Começam e terminam no dia em que entrega as reivindicações aos patrões e ao governo. Isso porque não são organizadas para unificar os trabalhadores e paralisar a produção.

O exemplo da Volks mostra bem como agem nossas direções. As condições para uma campanha salarial unificada de metalúrgicos estavam dadas. As reivindicações eram as mesmas: emprego e salário. Havia disposição de luta dos trabalhadores. Os patrões estavam unidos para reduzir salário e demitir. Porém, as direções recusaram as assembleias conjuntas e a luta unitária. Fizem acordos por empresa. E como sabemos, todos implicaram em perdas para os trabalhadores. Esse caminho de dividir e fragmentar o movimento só tem trazido derrotas para nós. E tem for-

talecido os patrões, porque estão de mãos livres para continuar a reduzir salários, demitir e impor perdas trabalhistas.

Nossas propostas para a campanha salarial unificada

1) A luta contra o desemprego, redução salarial e a destruição de direitos trabalhistas deve unir o conjunto dos trabalhadores a partir das fábricas;

2) As assembleias devem discutir os acordos malditos e rejeitá-los;

3) Iniciar pela organização dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho. Assembleias por empresa e assembleia do sindicato;

4) Chamar a assembleia unitária e aprovar um comando de mobilização e negociação, eleito na assembleia e com a maioria de trabalhadores de base;

5) Organizar a greve unitária para enfrentar o governo e os patrões e conquistar nossas reivindicações.

A luta da ala 21 da Volks contra a terceirização é a justa defesa do emprego

A Volks está usando o Polo para terceirizar o setor de distribuição e acessórios. A assembleia da ala 21 exigiu que a direção da Volks explicasse claramente porque está esvaziando a função do setor. O silêncio patronal demonstra que está em andamento a operação terceirização - remanejamento - redução de salário - demissão.

Diante da falta de resposta da Volks, a ala 21 decidiu fazer uma greve. Os companheiros querem manter o emprego. Os patrões estão usando o acordo maldito para pôr em prática seu plano de redução de mão-de-obra, redução salarial e redução de custos trabalhistas. Não querem saber o que custa para a família operária o desemprego nas condições de uma economia em crise. Nas condições em que o desemprego atinge milhões e milhões em todo o país. A concorrência entre as montadoras e seus lucros são colocados pela Volks acima da vida da classe operária.

A terceirização foi um meio encontrado para demitir, reduzir salário e não pagar direitos trabalhistas. A terceirização é parte do que se tem chamado de

“flexibilização do trabalho”. Para nós, deve ser chamada flexibilização maldita. Os companheiros da ala 21 estão justamente lutando contra a terceirização maldita, que também está se espalhando para outras alas, como a ala 5.

A luta da ala 21 é de todos nós

As alas 2, 3, 4 e 13 fizeram assembleias de apoio à paralisação da ala 21. Uma ala isolada não poderá sozinha brechar a terceirização e as novas demissões que virão. A fábrica é como o corpo: o corte de um órgão atinge todo o corpo. A amputação da ala 21 favorece os lucros do patrão e mutila o corpo do operário. Nós dependemos unicamente do nosso trabalho. Se a Volks nos arranca o trabalho, nos arranca a fonte de existência. É preciso que todos nós defendamos:

1. direito ao trabalho;
2. direito a um salário de sobrevivência da família operária;
3. **contra a flexibilização maldita que destrói nossos direitos trabalhistas.**

É preciso uma assembleia geral da Volks

A única forma de unir todos em defesa do emprego é convocar uma assembleia geral que aprove:

1. fim de toda terceirização;
2. fim dos contratos de trabalho temporário;
3. fim dos salários diferenciados;
4. fim da redução salarial;
5. cumprimento de todos os direitos trabalhistas.

A direção de nosso sindicato tem o dever de apoiar a luta da ala 21.

O sindicato pertence a todos nós. Por isso, qualquer que seja a luta deve estar do nosso lado. Até agora só temos tido o silêncio da diretoria. A paralisação nos dias 29 e 30 da ala 21 não contou sequer com a divulgação na Tribuna. Por outro lado, a direção da Volks diz que consultará o sindicato. Certamente, dirá que está cumprindo o acordo.

Para nós operários o que interessa é

que nossos empregos e salários estão ameaçados. E por isso somos obrigados a usar a paralisação para dizer: queremos que se mantenha a ala 21 sem terceirização. Estamos qualificados para esse trabalho e é com ele que sobrevivemos.

Devemos, portanto, exigir que se tenha uma assembléia geral e democrática para dizer não ao processo de terceirização.

Todas as aias unidas em defesa do emprego e salário.

O acordo nos arranca o couro

O acordo de "flexibilização" dos direitos trabalhistas (Semana Volkswagen), que foi aprovado em novembro, deixou os patrões de mãos livres para aumentar a exploração sobre nós operários.

Depois do acordo aprovado e passadas as eleições para a direção do sindicato, vemos diariamente na Tribuna o Marinho e sua diretoria dizendo: "A vitória da chapa 1, mostrou o acerto da política desenvolvida pelo sindicato". "Mostrou também a confiança dos metalúrgicos no acordo de garantia de emprego e direitos".

Agora que a empresa está colocando em prática o maldito acordo de "flexibilização" da jornada e temos de trabalhar 42 horas semanais. Perguntamos:

- Será que o acordo foi realmente uma vitória para os trabalhadores?
- Será que a direção de nosso sindicato está com a política correta?

A resposta é Não. Basta ver as consequências.

- Tivemos a redução salarial, numa situação em que o custo de vida vem aumentando.
- 70% da fábrica já estão trabalhando cinco dias na semana, sem que recuperemos a redução dos 15% no salário.
- Avança a terceirização nas alas 21 e 5.
- O salário diferenciado permite contratação com o salário 30% menor.
- A Volks pode contratar por tempo determinado com salário de fome.

Nós metalúrgicos da Volks sofremos um dos maiores golpes nas condições de trabalho e de salário. Pior ainda: as consequências negativas não vão parar aí. Podemos esperar mais demissões.

Sem luta não se mantém os direitos trabalhistas

A história nos mostra que as greves e as ocupações de fábricas são as únicas armas dos operários para lutar contra a exploração capitalista. Nos mostra também que a política de conciliação da direção do nosso sindicato só beneficia os patrões. A nós operários, que somos vítimas destes acordos patronais, está dada a missão de lutar contra a política sindical que enfraquece os trabalhadores e favorece os patrões. É preciso construir uma direção firme da classe operária. Que defenda:

- Redução da jornada, sem redução de salário;
- Reajuste salarial e reposição das perdas;
- Não à retirada de direitos trabalhistas. E reconquista de tudo que nos foi arancado;
- Fim desse acordo maldito;
- Organização da classe operária por meio de sua ação coletiva, como assembléias, comitês de luta e comissões de fábrica;
- A greve como principal arma coletiva para enfrentar os ataques patronais;
- Defesa da unidade de todos os operários contra o desemprego e os baixos salários;
- Defesa da verdadeira democracia operária que permite divergência de opinião, de posição política e de livre expressão do voto nas assembléias. Direito das correntes operárias distribuírem livremente seus boletins sem que sejam ameaçadas e reprimidas pela direção do sindicato.

Antecipação da PLR deve ser para todos

Hoje, 70% já está trabalhando cinco dias na semana. A direção da Volks admite a antecipação da PLR para quem está trabalhando todos os dias da semana. Os 30% que continuam com o sistema de 4 dias estariam fora da antecipação. Isso é uma arbitrariedade da empresa. Foi ela que dividiu os operários em jornadas diferenciadas.

Devemos exigir a antecipação para todos.

Não houve um verdadeiro Primeiro de Maio

Quem esteve no Primeiro de Maio em Santo André viu que não passou de um palanque eleitoral, regado de festividades. A demagogia dos discursos doía os ouvidos de quem sabe o que está acontecendo de verdade. Os oradores choraram o desemprego, a fome, miséria e a criminalidade que tomam conta de nossa juventude dos bairros pobres. Mas nada de concreto foi proposto para um campanha de luta contra as demissões, desemprego, terceirização e rebaixamento salarial.

Lembramos que o Primeiro de Maio - Dia Internacional da Solidariedade dos Trabalhadores - nasceu como um grito de luta da classe operária contra os capitalistas e seu governo, que em 1886, nos Estados Unidos, reprimiram com sangue a greve por 8 horas de trabalho. Não bastando os mortos em choque com a polícia de Chicago, vários operários têxteis foram condenados à morte e pena de prisão perpétua.

Como se vê, um verdadeiro Primeiro de Maio deve ser de luta e não de festividade eleitoral.

Viva aos operários que no Primeiro de Maio de 1886 tomaram defendendo a jornada de 8 horas! Fora os demagogos que usam o Primeiro de Maio como palanque eleitoral! Fora aqueles que ajudam o patrão a aplicar a flexibilização do trabalho e as demissões! Em defesa do emprego, salário e direitos trabalhistas a todos, reduzindo a jornada sem reduzir os salários.

Força Sindical um braço da corrupção patronal

Para atrair os trabalhadores no Primeiro de Maio e montar também uma tribuna eleitoral, a Força Sindical gastou 2,5 milhões de reais. Sorteou de apartamentos a carros. Contribuiu para isso empresas como General Motors, Petrobrás e Brahma. Como sabemos esse patrocínio não veio de graça. O sindicato metalúrgico de São Paulo tem sido um dos maiores defensores da destruição dos direitos trabalhistas, apoiando a reforma do ministro Dornelles.

Os operários conscientes têm de dizer: fora com os corruptos dos sindicatos!

A farsa da política do “O Trabalho”

O Jornal “O trabalho”, corrente interna do PT, desfraldou a bandeira “O Brasil precisa de um autêntico governo do PT, com Lula presidente”. Acompanha-a: “Não à continuidade da política do FMI”. A bandeira serviu para as prévias do PT, em que concorreram Lula e Suplicy. Uma vez que Lula foi confirmado candidato, a bandeira do “O Trabalho” é um guia para sua intervenção nas eleições. Também convocou a formação de comitês pela greve geral do dia 21 e por um governo do PT. O que indica o aparelhamento eleitoral.

Em uma declaração, diz que “agora, mais do que nunca, se trata de derrotar e expulsar do poder os partidos favoráveis ao FMI para salvar a nação brasileira”. Critica a posição de aliança com o Partido Liberal. E conclui: “chamamos à luta voto por um autêntico governo do PT a serviço dos trabalhadores e do povo”.

Está aí uma fraude completa. E por quê?

“O Trabalho” esconde que o PT é um partido da ordem capitalista. Fantasia e ilude com a idéia de “um autêntico governo do PT”. O autêntico PT não é o que “O Trabalho” pinta, mas o que existe de carne, osso e alma. É o PT de Marta Suplicy, do Zeca do PT, do Olívio Dutra, da Benedita da Silva, de Jorge Viana etc. Não é preciso ressaltar experiências passadas, como as de Vitor Buaiz, Cristóvan Buarque, Luiza Erundiana etc.

Qual é o balanço político da atuação do PT frente ao Estado burguês?

Não é preciso de muito esforço para se constatar que esse partido está irremediavelmente comprometido com os exploradores, portanto

com a ditadura de classe da burguesia contra as massas. Esse é o PT real, autêntico. A condenação de greves e ocupações do MST por parte de Lula também expressa quem é o PT. Mais um traço de sua identidade: o PT colocou-se pela punição aos terroristas nacionalistas pelo imperialismo norte-americano.

Um “autêntico governo do PT, com Lula presidente” expressaria que programa, que política, que orientação ideológica?

“O Trabalho” agrega a bandeira de “Não à continuidade da política do FMI”. Mas o programa da candidatura de Lula se coloca claramente pelo continuísmo, fazendo apenas alguns reparos (auditoria, forma de pagamento). Lula é o maior defensor da aliança com o PL e do vice José Alencar, a quem ofereceu a negociação do programa. A orientação do PT de sustentar o capitalismo e seus compromissos reais no parlamento, nas administrações regionais, com a burguesia são fatos visíveis.

Caso Lula seja eleito, fará como Marta Suplicy que estabeleceu aliança administrativa e parlamentar com os partidos que sustentam o governo federal e representam os interesses dos capitalistas. A vitória de Lula não irá “expulsar do poder os partidos favoráveis ao FMI para salvar a nação brasileira”.

Se o PT cumprisse o desejo de “O Trabalho”, seria um governo nacionalista (“salvar a nação brasileira”). O que significa salvar o capital nacional.

Sabemos que “O Trabalho” se refere à tarefa democrática de independência nacional do Brasil. Mas essa tarefa não poderá ser resolvida por um governo do PT, saído das eleições e condicionado pelo poder

econômico imperante. Somente um governo do proletariado (governo operário e revolucionário) poderá “salvar a nação brasileira”, ou seja, precisamente conquistar a independência do Brasil frente ao imperialismo. Essa é uma das tarefas da revolução proletária. Não há outra alternativa. Nem mesmo a possibilidade de PT cumprir um tipo de transição democrática para uma futura revolução. Tese que se identifica com a da revolução por etapa do estalinismo.

Essa hipótese nos serve apenas para mostrar como os dirigentes do “O Trabalho” manejam os problemas (endividamento, submissão ao imperialismo etc) e as bandeiras de forma leviana.

As correntes do PT há muito se afastaram do trabalho político e organizativo em torno da revolução proletária. Tornaram-se o eco esquerdista do reformismo e tributários do democratismo pequeno-burguês. Desde o momento em que o PT e Lula passaram a fazer parte da ideologia do regime capitalista de exploração e a atuar de acordo com os interesses do capital, a política da esquerda petista foi mostrando-se impotente.

As correntes internas de oposição à Articulação querem pôr em pé um partido popular eleitoral que contrarie as exigências do imperialismo, que afaste a burguesia do poder do Estado pela via de sua própria democracia e que se coloque a serviço das massas exploradas. Trata-se de uma máscara para a impotência daqueles que negam construir o partido da revolução e ditadura proletárias e que não podem se transformar no sonhado partido de massa eleitoral.

Colonização e conflitos da história do Piauí

Os franceses ergueram uma estrutura militar fortíssima na ilha de São Luís. Depois de ter certa influência em outras partes do Brasil, desde do litoral Sudeste brasileiro até a região serrana entre os atuais estados do Piauí e do Ceará. Relatos de franceses afirmam que havia nessa região mais de 200 comunidades indígenas, mas alguns padres que passaram por lá diziam existir somente 70. O que podemos afirmar é que os franceses tinham bons contatos com a maioria dessas comunidades. O contato era feito por terra, através do território piauiense e pelo mar.

A investida portuguesa contra esses franceses, no intuito de expulsá-los do Maranhão, vinha também a pé pela região da Serra de Ibiapaba. Como dissemos, as tropas comandadas por Jerônimo de Albuquerque, Pero Coelho de Sousa e Martins Soares Moreno partem de Natal e da Paraíba.

O encontro se dá antes do esperado, na Serra de Ibiapaba, os portugueses, ao avistarem alguns indígenas, dão ordens para abrir fogo contra esses que não são seus aliados. Acontece que os portugueses são recebidos a flechadas, mas também a tiros de mosquetes e logo percebem que os indígenas não estavam sozinhos e já suspeitam da ajuda dos franceses, põem-se em retirada e se refugiam nas montanhas também conhecidas por seus guias indígenas.

Já preparados para o combate, os portugueses com maioria de soldados e indígenas bem armados, cercam a área e conseguem derrotar os nativos juntamente com os franceses. Há muitas perdas dos dois lados, Pero Coelho, à medida que vai fazendo prisioneiros, vai enviando ao governador Geral, Diogo Botelho. Os portugueses dominam a área já abandonada pelos derrotados vivos e a reduzem a cinzas.

Os portugueses ainda conseguem a

aliança de alguns remanescentes dos franceses, reforçam o grupo e de novo voltam ao objetivo inicial, chegar a São Luís e derrotar o intruso. Acontece que o imprevisto do combate no meio da viagem desanimou o grupo que já penava com a fome e a nudez. E, segundo alguns historiadores, por indisciplina dos indígenas, já não querem mais lutar e quando chegam as margens do rio Parnaíba (antes rio Punaré e Paraguaçu), que hoje separa os estados do Piauí e Maranhão, desistem da missão.

Fracassada a tentativa de reconquistar o Norte pela serra de Ibiapaba, quem se aproveita da situação é o provincial jesuíta Fernão Cardim. O jesuíta propõe ao Governador Geral, fazer a primeira missão oficial de jesuítas à Serra de Ibiapaba. Os padres do Colégio da Bahia também propunham a mesma coisa. Já sabemos que as ordens religiosas eram grandes proprietárias de terra e engenhos de açúcar. No Recôncavo baiano, a Ordem da Companhia de Jesus tinha 6 grandes engenhos; os Beneditinos tinham dois e os Carmelitos mais dois. Todos usando mão-de-obra escrava do negro africano e dos índios capturados sob a falsa justificativa das Missões Religiosas.

Segundo o historiador Odilon Nunes, *no dia 20 de janeiro de 1607, saem o padre Pinto e o padre Figueira, de Pernambuco, embarcados com sessenta índios e nenhum soldado, nem homem branco. A missão previa estabelecer comunicação terrestre entre Pernambuco e Maranhão, através da Ibiapaba e do rio Parnaíba.*

A missão jesuítica, "com intenções pacifistas", fez o mesmo plano que os soldados portugueses, desembarcariam em Jaguaribe e de lá partiriam a pé pela Serra de Ibiapaba. Os padres fizeram uma verda-

deira "via-crucis", andavam por dia entre uma a três léguas, enfrentando o rigor do inverno, os mosquitos da região, os rios a atravessar, os atoleiros, a fome, a morte de alguns índios da missão para descobrir que daquelas duzentas ou setenta comunidades só restaram duas pequenas, separadas entre si por longos quilômetros de isolamento. Nessa primeira aldeia os jesuítas resolvem não ficar, esperando que na segunda aldeia houvesse mais índios para seu intuito catequético.

Segundo alguns historiadores os índios **Cararijus** fingem acolher os primeiros missionários. Mas, a partir do terceiro grupo, já não há a mesma cordialidade, e os missionários são atacados por esses índios quando se preparavam para celebrar uma missa para recepcionar este último grupo. O padre Pinto é morto a tacape.

Segundo o catálogo da **Companhia de Jesus** de 1607: "*cinco foram as entradas naquele local, com as quais tirou dos matos a muitos índios e fundou grandes aldeias, aumentando ao mesmo tempo os filhos da igreja e os triunfos da nossa fé*".

A intenção do governo português era eliminar o invasor francês do norte da colônia pela via bélica e domesticar os indígenas para seus fins escravocratas e/ou como aliados para lutar contra esse resistente invasor. As ordens religiosas também vinham de encontro a esses fins escusos, ora pela via das missões pacifistas ora pela caçada aos "gentios selvagens" para no fim pacificá-los do mesmo jeito. E prestando sua grande contribuição à Coroa portuguesa, quanto mais indígenas pacificados, mais chance de adentrarem esse território para explorá-lo sem a resistência indígena.

POR reedita o programa e realiza debate

Foi realizado no dia 28 de abril, em São Paulo, um debate sobre o programa do Partido Operário Revolucionário. O partido reeditou o folheto do programa do POR e sobre sua base foram realizadas as discussões. Contou com uma apresentação das principais idéias contidas no programa (reproduzimos abaixo), com um debate em grupos e, em seguida, de uma plenária conclusiva. Avaliamos como um passo muito importante de nosso partido para a assimilação das idéias programáticas e compreensão de que o partido é o programa.

Fundamentos do programa

A primeira questão é o porquê de uma discussão sobre os fundamentos do programa e se este está de acordo com a realidade. O programa é um prognóstico das tendências históricas. É testado pelos grandes acontecimentos econômicos, políticos e sociais. É comprovado pela luta entre proletariado e burguesia. O programa sempre foi de grande importância, pois o partido é o programa.

O 1º programa da classe operária foi o Manifesto Comunista (1848), escrito por Marx e Engels. Expressou o desenvolvimento do proletariado na Europa, particularmente na Inglaterra, e a necessidade de transformar seus instintos socialistas em consciência socialista. O Manifesto Comunista constitui numa exposição do materialismo histórico e dialético. Concepção essa baseada na existência dos modos de produção e distribuição que fundamentam o regime social. Assim, as crises internas de um regime social e sua transformação em outro têm suas raízes nas contradições internas do modo de produção. O Manifesto Comunista expõe as relações de classe das formações sociais e fundamenta, no capitalismo, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia. Mostra a estrutura e a natureza de classe do Estado burguês e a necessidade de sua destruição. Revela as leis econômicas da crise do capitalismo e a transformação da propriedade privada em coletiva. O proletariado é a classe genuína do capitalismo e, pelo lugar que ocupa nas relações de produção, é a classe que tomará o poder da burguesia de

forma violenta. O que significa que a revolução só poderá ser proletária. Destaca a importância de se construir o partido comunista, que expressa o programa internacionalista do proletariado.

Tivemos várias revoluções, porém duas comprovaram a importância do partido. A Comuna de Paris (1871) mostrou que a ausência do partido e o caráter embrionário das idéias do socialismo científico (Marx/Engels) fizeram com que o proletariado não conseguisse expropriar de conjunto a burguesia e edificar o Estado operário, sob a base da ditadura do proletariado. A ausência do partido impossibilitou que a insurreição operária materializasse a estratégia de poder (ditadura do proletariado) e realizasse as tarefas socialistas de expropriação geral da burguesia. As lições da Comuna de Paris serviram para potencializar a idéia do partido. A Revolução Russa (Outubro de 1917) mostrou a força do partido bolchevique, capaz de transformar as reações instintivas das massas em consciência política. O partido bolchevique, tendo Lenin à frente, foi a materialização da força do programa. A elaboração do programa do Partido Bolchevique foi uma conquista do proletariado em meio à intensa luta de classe. Esse programa se calçou no Manifesto Comunista e na experiência da Comuna de Paris, expressão do internacionalismo proletário. A vitória da Revolução Russa deu ao proletariado mundial o ensinamento de que a revolução para ser vitoriosa depende do partido/programa.

Como se vê, o programa é a expressão da luta da classe operária contra a exploração e a opressão política. É a elaboração coletiva dos homens, que estão na luta de classe. O programa não é uma lista de reivindicações, mas sim a exposição do materialismo histórico e das leis econômicas/históricas que se manifestam com particularidades em cada país. É um guia para a ação revolucionária do proletariado. É a expressão do método e dos meios táticos para destruir o poder da burguesia e expropriá-la como classe. O programa dá conta das particularidades da revolução no país em conexão com a revolução internacional. É a materialização da ditadura do proletariado para edificar uma sociedade sem classes.

Os aspectos de nosso programa

O reconhecimento de que as transformações não serão estritamente nacionais. Serão parte das transformações internacionais. Isso por reconhecer que o capitalismo é mundial e o proletariado também é mundial. Reconhece o fundamento programático do Manifesto Comunista de que a revolução por sua forma é nacional e, por seu conteúdo, é internacional.

Caracterizamos o Brasil como um país semicolonial. Ou seja, submetido ao imperialismo e na condição de país capitalista atrasado. Faz parte da maioria das nações oprimidas/semicoloniais. O que significa que qualquer transformação estrutural tem de romper com o imperialismo. A luta antiimperialista é essencialmente anticapitalista. O Brasil semicolonial tem suas particularidades, que exigem soluções de tarefas concretas. Mas tais particularidades refletem as leis gerais do capitalismo, que sustentam a contradição básica entre as forças produtivas e as relações de produção, entre a produção social e a propriedade privada dos meios de produção. Entre o proletariado e a burguesia.

A estratégia do partido (POR) é a da destruição do capitalismo. O governo operário e camponês (expressão da ditadura do proletariado) é a forma de governo resultante do processo revolucionário. Esse governo é o das duas classes sociais oprimidas - proletariado e campesinato. Mas a classe que tem o programa revolucionário é a classe operária, isso porque encarna a produção social, é a classe genuinamente antagonista à classe dos capitalistas e é instintivamente socialista. A aliança operária e camponesa colocará em ação a revolução agrária para expropriar o latifúndio e entregar as terras aos camponeses pobres. As tarefas democráticas, incapazes de serem resolvidas pela burguesia, como a reforma agrária, a soberania nacional, erradicação da miséria e do analfabetismo, serão cumpridas pela ditadura do proletariado, por intermédio do governo operário camponês. Como se vê, as tarefas democráticas de libertação do país semicolonial do domí-

nio imperialista e a emancipação dos camponeses do jugo latifundiário se dão sob a revolução proletária.

A revolução socialista no Brasil abalará toda a América Latina e Central. A consigna de Estados Unidos Socialistas da América Latina e Central é a bandeira da independização e unificação cooperativa da América Latina e Central sobre a base do socialismo. O desenvolvimento social e político do proletariado no Brasil é parte do desenvolvimento histórico do proletariado mundial, e particularmente do proletariado latino-americano. O que obriga nosso programa a ter um balanço da história do movimento operário e expor o fracasso do nacionalismo burguês e do estalinismo. O programa do Partido Comunista do Brasil se assentou no erro histórico de caracterização do país. O Brasil como um país semifeudal teria de realizar primeiro a revolução democrático/burguesa, sob a direção da

fração da burguesia industrial, desenvolver o capitalismo e só depois estariam dadas as condições para a revolução comunista. Isso colocou o Partido Comunista na dependência do nacionalismo burguês e bloqueou o desenvolvimento independente do proletariado. Ou seja, a constituição do proletariado em classe organizada em torno do programa da revolução proletária. O estalinismo foi a aplicação da teoria etapista da revolução, contrária à teoria marxista da evolução permanente. O programa revolucionário, ao contrário, se assenta nas teses da revolução permanente. A solução das tarefas democráticas próprias da revolução democrático-burguesa se dará sob a revolução proletária.

O POR iniciou a elaboração coletiva de seu programa. O passo inicial foi dado em 1993, com a aprovação desse programa. Como o programa enraiza-se na luta

de classe, estamos dando mais um passo à frente na compreensão da realidade brasileira, nas leis gerais do sistema capitalista e na assimilação das experiências históricas do proletariado mundial. Nosso programa se apóia no legado deixado pelo marximo-leninismo-trotskismo. A tarefa de reconstrução da IV Internacional será parte da construção do partido operário revolucionário no Brasil.

Indicamos a importância do 1º programa da classe operária, que foi o Manifesto do Partido Comunista, esse programa teve seu desenvolvimento frente aos novos problemas. O Programa de Transição da IV Internacional sintetiza esse desenvolvimento. Para se edificar o partido/programa em qualquer país, coloca-se a aplicação do Programa de Transição da IV Internacional, que contém a teoria, o método, a estratégia e a tática do Manifesto Comunista.

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciada no Massas 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos aparecem anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

“Questões de Organização” foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques se contrapondo as tentativas de organização foquistas do período.

Questões de Organização I - Programa e Organização Fundamento Político do Problema (VII)

As diferenças organizativas supostamente “puras” ocultam, de forma definitiva, diferenças políticas e programáticas, ou seja, de classe. Quase sempre as idéias estranhas ao proletariado se apresentam como divergências organizativas. Do que escrevemos anteriormente podemos deduzir que não deve haver uma cisão do partido por questões organizativas (já assinalamos em outras ocasiões que as picuinhas não podem justificar uma ruptura), esta só pode ocorrer quando se formulam questões políticas contrapostas, que, repetimos, expressam, em última análise, interesses de classes diferentes. Os nacionalistas e foquistas podem provocar uma ruptura buscando pretextos organi-

zativos. Neste caso corresponde colocar a nu as verdadeiras finalidades políticas do fracionalismo.

O estudo a fundo de todo desvio organizativo nos leva, inevitavelmente, a colocações políticas. Neste plano temos como exemplo clássico a cisão da social-democracia russa entre bolcheviques e mencheviques, que começou com a disputa ao redor de uma formulação tipicamente organizativa e estatutária. Logo ficou evidente que por detrás se escondiam concepções opostas sobre a natureza da revolução russa, do papel da burguesia e do proletariado nela (ver sobre isto em “Um passo a frente, dois atrás” e em “O que fazer?”).

No marco nacional boliviano temos exemplos que demonstram que as formulações políticas são o fundamento da questão organizativa. Enquanto o Partido era um estreito círculo de propaganda não existia para ele a questão de

empreender um trabalho celular imediato; ao mesmo tempo, nas numerosas teses programáticas tampouco se concretizara o caráter da revolução boliviana e a mecânica e relações entre o proletariado, campesinato, classe média e setores burgueses. Ninguém se perguntava como aplicar a experiência bolchevique em um país de notáveis particularidades em sua estrutura sócio-econômica. Tampouco era possível naquele momento colocar a necessidade de resolver a forma de ligação entre o Partido e o grosso das massas etc. O rudimentarismo organizativo denunciava a extrema insipiência programática. Os documentos poristas davam a entender que não seria o proletariado boliviano, pouco numeroso e imerso no analfabetismo, o que iria ser chamado a consumir a revolução proletária, como expressão dos interesses impostergáveis da nação oprimida, que o socialismo

viria até nós a partir de outros países mais avançados, culturalmente falando. Não é pura casualidade que somente ao iniciar a discussão apaixonadamente dos problemas organizativos, o partido se propôs a penetrar no seio das massas. As “Teses de Pulacayo” foi o primeiro documento que caracterizou com alguma clareza a natureza da revolução em nosso país e, simultaneamente, os jovens organizadores fizeram vários esforços de pôr em

pé uma estrutura celular partidária. Isto não significa que num período de elaboração do programa não se colocaram as linhas gerais nas quais deveriam se enquadrar a organização, tais colocações formam parte do programa.

Muito mais tarde, o aparecimento de correntes federalistas dentro do Partido, e de reminiscências do foquismo entre outras, voltaram a demonstrar que as diferenças organizativas ocultam profundas dis-

crepâncias políticas.

Em matéria organizativa, o POR possui uma rica experiência. Temos lutado apaixonadamente para estruturar um partido bolchevique em um país atrasado e por materializar as normas do centralismo democrático frente a degeneração estalinista dos partidos comunistas. Temos lutado contra as tendências pequeno-burguesas que pretenderam substituir o partido operário por outras organizações.

Curso de Formação Política do POR: História do movimento operário – A política do PCB de 1937 a 1945

O POR realizou mais um momento de seu curso de formação política permanente. Dedicamo-nos a estudar e discutir as posições do PCB no período de 1937 a 1945 (ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas). Abaixo, um resumo do tema discutido.

Em 1937, diante das eleições presidenciais, o PCB estava dividido em duas alas: uma que defendia que o apoio a uma das principais candidaturas burguesas (José Américo de um lado, Armando de Salles Oliveira de outro) dependeria da aceitação de um programa mínimo; outra que defendia o apoio incondicional a um dos candidatos. A vitória da posição mais claramente submissa à burguesia levou a uma cisão em São Paulo. Sob a liderança de Hermínio Sacchetti, esse grupo adere posteriormente ao trotskismo.

Com o golpe de 1937, o PCB é duramente perseguido, e praticamente deixa de existir: depois da prisão dos comitês regionais e nacional, entre 1939 e 1940, restam apenas alguns grupos locais e um grande número de presos.

Somente a partir de 1942, com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial e o início de uma série de movimentos contra a guerra e antifascistas, é que o PCB vai se reorganizar. É constituída uma Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), que organiza a Conferência da Mantiqueira, marco da reorganização do PCB.

Nesse momento, havia 3 posições no partido: diante da Guerra, tratava-se de estabelecer uma Unidade Nacional, pois as liberdades democráticas viriam com a derrota das frações fascistas do imperia-

lismo na Europa e Japão. Essa unidade, defendida por todas as frações, significava unidade com a burguesia nacional e seu governo. As divergências eram: se o PCB deveria apoiar o governo e não criticá-lo; se deveria apoiá-lo e criticá-lo; ou se deveria fazer como a III Internacional Comunista, três meses antes: dissolver-se para dar uma prova de boa vontade para a burguesia. Venceu a primeira posição.

Naquele momento, Prestes foi eleito o Secretário geral do PCB, ainda que estivesse ausente, pois estava preso. No final de 1943, Prestes envia uma carta em que explica a necessidade de apoiar o governo no que fosse considerado progressivo e criticá-lo por atitudes erradas. Essa carta orientará a ação do PCB nos momentos seguintes.

A Conferência da Mantiqueira é fundamental na história do PCB, pois nela se elaboram princípios programáticos seguidos até hoje pelo estalinismo (e por ex-estalinistas que foram para o reformismo):

a) a idéia de que o PCB não luta pelo socialismo naquelas condições históricas, e sim pelo desenvolvimento do capitalismo: “...não poderá ser de forma alguma uma república soviética, isto é, socialista, mas capitalista...”;

b) que o papel da classe operária deve ser o de ajudar a burguesia nacio-

nal a desenvolver o capitalismo: “Se a burguesia nacional não for capaz de encaminhar as soluções de seu interesse específico e do interesse geral de nossa pátria, o proletariado organizado a ajudará”;

c) que a estratégia era constituir um “governo democrático e popular”, um governo burguês caracterizado como progressista e que estaria assentado na união de todos os setores da sociedade, a partir da unidade “operário e bom patrão”.

d) que o PCB deveria lutar pela governabilidade e estabilidade democrática, para isso apoiando governos burgueses e contendo as lutas populares e operárias, que poderiam desestabilizar o processo de democratização.

O PCB vai ter um rápido crescimento nos anos seguintes, passando de cem militantes em 1942 a 3 mil em 1943, 50 mil em 1945, e 200 mil filiados em 1946.

Em 1945, cria o MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores), que agirá como uma espécie de intersindical, mas para conter as lutas grevistas, que poderiam, segundo o PCB, desestabilizar a democracia no país. O MUT teve uma atuação contraditória, porque muitas vezes a pressão das bases o obrigava a agir contra a política de conciliação de classe do PCB.

COB, sua natureza e seu destino

A Central Operária Boliviana foi organizada em 17 de abril de 1952, imediatamente depois da vitória de 9 de abril. Estão equivocados os que sustentam que aflorou da noite para o dia ou que veio ao mundo como criatura do MNR, do nacionalismo de conteúdo burguês. Constituiu o ponto culminante de uma luta longa e acidentada em extremo que levaram os mineiros principalmente, em cujo seio eram já perceptíveis os movimentos do POR trotskista, contra a CSTB artesanal e estalinista, controlada diretamente pelo PIR, aliado da rosca mineira. Esta luta sustentada entroncava com a luta da classe operária contra a burguesia. Tratava-se de uma batalha fundamental para o destino da revolução.

O eixo fundamental era a Federação Nacional de Mineiros. Nos anos 40, o governo de Villarroel a organizou buscando o apoio dos trabalhadores para neutralizar os movi-

mentos do bloco rosca-pirismo. Em pouco tempo, a vanguarda mineira se rebelou contra esse governo, assinalou que havia capitulado ao imperialismo norte-americano e que correspondia ao assalariado lutar pela ditadura do proletariado. Esse passo político transcendental pôs em evidência que os explorados lutavam por libertar-se e por libertar o grosso da sociedade do submetimento burguês e norte-americano. A direção sindical dos trabalhadores devia corresponder a essa perspectiva política.

A luta central

A batalha se livrava para forjar uma Central proletária, em sua estrutura organizativa e em sua finalidade política.

Durante o sexênio rosqueiro, os mineiros puseram em pé a Central Operária Nacional, de conteúdo político e de estrutura revolu-

cionária que, no entanto, não pôde assentar-se. Trata-se do antecedente da COB.

Ninguém deve se surpreender que a COB tenha vindo ao mundo como um soviético, um órgão de poder, uma frente anti-imperialista.

Sua vida da primeira época é admirável e digna de perdurar.

No entanto, o governo movimentista não tardou em desvirtuar sua política, burocratizá-la e estatizá-la.

Isso aconteceu aos dois anos de sua existência, em seu primeiro congresso (1954). O governo, que apenas se estabilizou se esgotou em seu empenho de cooptar a organização revolucionária a partir de dentro, introduzindo uma quantidade considerável de funcionários públicos.

No Congresso de 1954, teve lugar um ato, que aprovou um documento enviado ao palácio do governo.

O 12º Congresso da COB

A COB é a direção do movimento sindical do país em todas as circunstâncias; sua tarefa primordial e inadiável é a de dirigir a luta dos explorados e oprimidos em todo o momento. Pelos seus documentos constitutivos, pela sua tradição, encarna a política revolucionária da classe operária, ainda que os burocratas a traíam todos os dias. Não apenas sua finalidade estratégica (a ditadura do proletariado), a tática (frente anti-imperialista) capaz de materializá-la, e sim seus objetivos destinados a levar para adiante, a aprofundar essa política, se forjam, se põem em pé e se superam no caldeirão da luta de classes e não nas reuniões cupulares de dirigentes, às vezes impostos a dedo e que não respondem ao pensamento e vontade das bases sindicais.

Erros do 12º congresso

A COB atravessa uma crise aguda e que tende a se aprofundar ainda mais. Trata-se de uma crise de direção, vale dizer de programa, não esquecer que as massas vivem sua etapa de ascenso revolucionário.

Os que assistiram ao Congresso de Sucre não se aperceberam que ela se realizava num momento de agudização da luta de classes, que foi sublinhada pela marcha do magistério de Oruro e províncias até La Paz.

Correspondia que os delegados se somassem a essa luta para aprofundá-la, para que a batalha se incorporasse à dire-

ção cobista nacional e a ideologia política se afirme e supere.

Nada disso ocorreu, porque os delegados que estavam em Sucre não se aperceberam do momento que se vivia e a perspectiva do 12º Congresso se esfumou. Anunciam-se outras reuniões, que serão de cúpula, sem conteúdo verdadeiro e a crise da COB não fará mais que prolongar-se.

Uma das causas foi a não discussão das proposições políticas das bases, o congresso se preparou de costas para as massas de explorados e oprimidos, foi cupular, manobrado por camarilhas de burocratas que servem a todos menos aos operários.

A BSR em Sucre

A Brigada Sindical Revolucionária - seguindo sua tradição - esteve presente no intento de realização do 12º Congresso cobista. Fez isso com seus delegados e com sua proposta de programa ideológico. Somou-se à BSR um grupo de uristas da UMSFX. Circularam quatro números do tradicional "Ithapallu". Desde o primeiro dia os poristas se perguntaram: "Seguirá adiante o congresso da COB?"

Para os assistentes às reuniões, as posições da BSR aparecem como únicas: "Nada de distrações legalistas, viva a ação direta", "A abstenção avança e como ação direta se projeta rumo à insurreição", "O que é a democracia? A democracia não é outra coisa que a ditadura dos partidos políticos (ADN, MNR, MIR, UCS, MBL, NFR, MIP, MAS...) submissos ao neoliberalismo, que uma vez que chegam ao poder impedem as

liberdades coletivas...", "livre cultivo, industrialização, comercialização da coca, inclusive da cocaína", "O congresso deve adotar uma linha revolucionária! ... Dotar-se de verdadeiros dirigentes provados na luta... Preparar e unificar a luta de todos os setores de explorados do país!!!" "A classe operária é a direção política das maiorias!", "A COB e as Teses de Pulacayo", "Fuzil nas mãos!"

Resoluções da BSR

1. Rechaçar a farsa eleitoral, porque significa engano aos trabalhadores e ao povo boliviano e que só serve para reforçar as cadeias da opressão e exploração.
2. Convoacar as confederações, federações e sindicatos a realizar atos de repúdio às eleições e realizar campanha pela abstenção, o voto branco, nulo ou rasgado.

Cabildos abertos, forma de governo municipal do povo. 1. Assinalar que a luta das massas nos municípios deve-se buscar converter em governos do povo, independente da manobra dos governos burgueses e de seus partidos corruptos. 2. Para isso se deve restituir aos cabildos abertos a máxima autoridade que eleja e troque os prefeitos e determine suas tarefas. 3. Os cabildos devem funcionar periodicamente; as câmaras municipais devem ser substituídas pelos conselhos populares.

1. Lutar pelo orçamento universitário que garanta o funcionamento normal das universidades estatais. 2. Exigir o livre ingresso para os filhos de operários. 3. Estatização das universidades privadas.

(extraído do Masas boliviano nº 1796)